

# Febraban critica o texto do

ANC

DE S. PAULO

Terça-feira, 2 de junho de 1987 — ECONOMIA — A-29

## projeto do sistema financeiro

Da Reportagem Local

O texto final do projeto de sistema financeiro aprovado pelo Congresso constituinte (leia a íntegra nesta página) promete causar ainda mais polêmicas que o relatório do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), de centro-esquerda, segundo levantamento da Folha publicado no caderno "Os Eleitos" no dia 19 de janeiro, que foi o relator da Subcomissão. Foram acrescentados novos artigos, entre os quais um que institue uma auditoria na dívida externa e outro que dá prazo de um ano para que todas as empresas financeiras estrangeiras encerrem suas atividades, sem qualquer tipo de ressarcimento.

O artigo 14 determina a realização de uma auditoria na dívida externa. Bastante detalhado, prevê inclusive o cancelamento de contratos já firmados e em andamento, se forem constatadas irregularidades de qualquer tipo. A auditoria deve ser realizada inicialmente pelo Executivo, receber parecer do Tribunal de Contas, e julgada pelo Congresso. Se houver irregularidades, os contratos serão enviados ao Supremo Tribunal Federal, que pode determinar sua anulação.

O projeto inicial do relator Fernando Gasparian previa que cidadãos e empresas estrangeiras não poderiam ter nenhuma participação em empresas nacionais, e que a instituição estrangeiras que operam no país não poderiam receber depósitos de todo o tipo. No texto final, foi acrescentado um artigo que determina sua retirada do país em um ano, sem direito a compensações.

Quanto às condições de funcionamento dos bancos nacionais, se foi excluído o artigo que fixava a taxa máxima de juros em 12%, foram acrescentados outros, que podem gerar grandes polêmicas. Pelo projeto atual, será prerrogativa dos municípios fixar as condições de funcio-

namento dos bancos, incluindo horário e local. Assim, os bancos podem funcionar à tarde em Osasco e de manhã em São Paulo. Se isso acontecer, vai ser impossível, por exemplo, mandar dinheiro de Osasco para São Paulo no mesmo dia. Outro artigo polêmico é o que impede a transferência de poupanças entre macro-região, que os especialistas na área bancária acham muito difícil de ser implementado na prática.

### Febraban critica

Esses pontos do projeto foram criticados duramente por José Augusto Queiroz, diretor da Federação Brasileira de Associações de Bancos (Febraban), em nota distribuída ontem à imprensa. Para ele, o impedimento a investimentos estrangeiros iria evitar o acesso ao "know-how", e a abertura de novos mercados e conquista de novos clientes, além de vedar o acesso dos bancos brasileiros a linhas de crédito e capitais internacionais. Queiroz afirma que "as relações econômicas internacionais constituem uma rua de duas mãos; não podemos renegar sócios estrangeiros se queremos que nossas empresas operem em outros países".

Com relação à transferência para os municípios das decisões sobre a operação dos bancos, Queiroz considera que além de problemas operacionais para colocar créditos à disposição de clientes, a medida permite ainda a adoção de medidas arbitrárias, como a criação de reservas de mercado nos municípios.

O documento critica ainda a obrigatoriedade de que os depósitos de empresas e entidades oficiais se faça apenas em bancos estatais, alegando que seria absurdo o inverso, isto é, a proibição de depósitos de iniciativa privada em bancos oficiais. Em suma, para Queiroz, uma medida com o sentido de discriminar a iniciativa privada nacional.